

DIVERSIDADE ETNICO-RACIAL E DE GÊNERO: TEMAS EMERGENTES



Raíssa Schadeck
Gabriella Eldereti Machado
ORGANIZADORAS

ARCO
EDITORES ● ● ●

DIVERSIDADE ETNICO-RACIAL E DE GÊNERO: TEMAS EMERGENTES



Raíssa Schadeck
Gabriella Eldereti Machado
ORGANIZADORAS

ARCO
EDITORES ● ● ●

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote
Silva
UNIDAVI/SC
<http://lattes.cnpq.br/8318350738705473>

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán
UFCE- Colômbia
<http://lattes.cnpq.br/0048679279914457>

Profa. Dra Fabiane dos Santos Ramos
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/0003382878348789>

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de
Oliveira Brito
UAL - Lisboa- Portugal.
<http://lattes.cnpq.br/1347367542944960>

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller
Germani
UFFS- Passo Fundo/RS
<http://lattes.cnpq.br/7956662371295912>

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins
UFFS - Chapecó/SC
<http://lattes.cnpq.br/9818548065077031>

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa
UFN- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/2363988112549627>

Prof. Dr. Pedro Henrique Witsch
UFES - Vitória/ES
<http://lattes.cnpq.br/3913436849859138>

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin
UFOB
<http://lattes.cnpq.br/3377502960363268>

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/5754140057757003>

Profa. Dra. Liziany Müller
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/1486004582806497>

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza
UNISC- Santa Cruz do Sul/RS
<http://lattes.cnpq.br/4407126331414>

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio
UFRGS - Porto Alegre/RS
<http://lattes.cnpq.br/7823646075456872>

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch
UFSM- Palmeira das Missões/RS
<http://lattes.cnpq.br/0639803965762459>

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos
UFU– Uberlândia/MG
<http://lattes.cnpq.br/4649031713685124>

Dr. Rafael Nogueira Furtado
UFJF- Juiz de Fora/MG
<http://lattes.cnpq.br/9761786872182217>

Profa. Dra. Angelita Zimmermann
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/7548796037921237>

Profa. Dra. Francielle Benini Agne
Tybusch
UFN - Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/4400702817251869>

Copyright © Arco Editora, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2022 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2022 Arco Editora.

Diagramação e Projeto Gráfico : Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: www.freepik.com

Revisão: dos/as autores/as.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diversidade etnico-racial e de gênero [livro eletrônico] : temas emergentes / Raíssa Schadeck, Gabriella Eldereti Machado, organizadoras. -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2022.
PDF

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-89949-77-0

1. Discriminação na educação 2. Discriminação racial 3. Desigualdade 4. Diversidade 5. Educação 6. Relações sociais 7. Sociologia educacional
I. Schadeck, Raíssa. II. Machado, Gabriella Eldereti.

22-104158

CDD-306.43

Índices para catálogo sistemático:

1. Relações étnico-raciais : Sociologia educacional
306.43

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



10.48209/978-65-89949-77-0



O padrão linguístico-gramatical, bem como o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma maneira, o conteúdo e teor de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

**A MANIFESTAÇÃO DO CAPITALISMO NA OPRESSÃO DE GÊNERO:
DISCUSSÕES SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO6**

Adeilsa Alexandre Ferreira

Alessandra Teixeira da Cunha Silva

Lara Lara Gomes Borges

doi: 10.48209/978-65-89949-77-1

CAPÍTULO 2

**SENTIDOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E DAS COTAS RACIAIS
NAS PESQUISAS ACADÊMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA MARIA.....24**

Alcir Martins

Marciene da Silva Vieira

doi: 10.48209/978-65-89949-77-2

CAPÍTULO 3

**UNIVERSIDADE BRASILEIRA E CULTURA AFRO: UMA REALIDADE A
SER SUPERADA.....44**

Bárbara Paiva

doi: 10.48209/978-65-89949-77-3

CAPÍTULO 4

**UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO
CAMPO DA INTERSECCIONALIDADE RAÇA-GÊNERO-CLASSE.....53**

Rafael Ferraz Baptista

doi: 10.48209/978-65-89949-77-4

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....66

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....68



10.48209/978-65-89949-77-1

CAPÍTULO 1

A MANIFESTAÇÃO DO CAPITALISMO NA OPRESSÃO DE GÊNERO: DISCUSSÕES SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Adeilsa Alexandre Ferreira

Alessandra Teixeira da Cunha Silva

Lara Lara Gomes Borges

INTRODUÇÃO

Esta discussão teórica aborda elementos históricos que expõem a desigualdade e a questão de gênero nas relações sociais para além da lógica mercantilista do sistema capitalista contemporâneo com intuito de interpretar a conjuntura sócio-histórica entre papéis historicamente assumidos por homens e mulheres.

No sistema capitalista contemporâneo, as pessoas vendem sua força de trabalho como parte de um produto de suas atividades laborativas, sendo apropriadas e exploradas de “maneira natural” e desigual. Uma desigualdade que vai além da exploração do capital e encontra respaldo na relação histórica de poder entre homens e mulheres, intensificada pela pouca presença feminina em espaços de liderança, de decisão e pela disparidade de salários, em pleno século XXI.

Diante disso, a problemática que se apresenta acerca da questão de gênero é complexa, sobretudo diante dos determinantes sociais, culturais, políticos e de sociabilidade. Tal construção social pode ser vislumbrada, também, a partir de determinantes como raça, etnia, orientação sexual, evidenciando a opressão “dominação-exploração” e a disparidade entre mulheres e homens.

É nesse sentido que a construção sócio-histórica de desigualdade e opressão feminina corrobora para a divisão sexual do trabalho na qual prevalece a “supremacia do homem”. Na sociedade capitalista, os homens eram e ainda são exaltados por suas qualidades e características físicas de poder, ascensão e intelectualidade. Apesar de todos os direitos conquistados e adquiridos pelas mulheres, ainda se nota a hierarquia existente entre os gêneros. Nesse processo histórico e cultural, coube e ainda cabe à mulher a opressão e a desigualdade na esfera pública, no ambiente de trabalho e, em especial, no ambiente familiar, onde os serviços tidos como atividades domésticas ainda são considerados papel de mãe, de mulher, o que reforça a ordem patriarcal.

Gestada a priori na divisão sexual do trabalho, a desigualdade feminina se encontra no subjugo da exploração do “homem pela mulher”, em maestria com a dominação e a exploração do sistema capitalista contemporâneo, que se apropria do trabalho feminino, com baixos salários e, muitas vezes, com maior carga laborativa.

Em linhas gerais, este artigo apresenta como a trajetória da divisão sexual do trabalho incide nas desigualdades de gênero tendo o modo de produção capitalista como pano de fundo desta conjuntura.

O SISTEMA CAPITALISTA E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: A DESIGUALDADE E A OPRESSÃO FEMININA

As mulheres sempre sofreram com a desigualdade de gênero, mesmo após a abolição da escravidão. À medida que o sistema capitalista se desenvolvia e se fortalecia, elas seguiram subordinadas à divisão sexual do trabalho, por meio da divisão de gênero, na esfera pública e privada. Assim se deu a transição da antiga e longa economia escravista para o capitalismo no Brasil, que transcorreu sob a hegemonia inglesa em meio ao aprofundamento da segunda Revolução Industrial e Tecnológica (POCHMANN, 2017).

De acordo com Vainer *et. al.* (2015), é consensual a ideia de que o capitalismo passa a tomar forma no Brasil a partir da chamada Revolução de 1930, considerada o “pontapé” para a emergência de uma sociedade moderna, uma vez que, por quatro séculos, vivia-se num país de economia voltada para atividades agrárias ligadas aos mecanismos coloniais de extrema exploração e dominação. É importante mencionar que a constituição do Estado brasileiro se deu paralelo à forma como foi concebida a revolução burguesa. Isto é, de modo autoritário, mesmo que tardiamente.

Assim, o sistema capitalista brasileiro se instaurou em meio ao conservadorismo e ao autoritarismo do estado burguês, tornando-se um processo de

transição distante de um movimento democrático, já que as mudanças advindas eram propostas “pelo alto”, sem a participação do povo, conforme destaca Fernandes (1975). Ao povo, restava encarar as manobras políticas ditadas por países de economia desenvolvida, com respaldo dos governantes brasileiros, evidenciando uma dependência que atrasaria o país em vários aspectos, com subjugo da opressão feminina.

Para Faoro (1958), a burguesia do país não possuía condições de desempenhar um papel modernizador revolucionário em relação à economia e às relações societárias, pois era ideologicamente fraca, marcada por suas raízes agrárias, totalmente dependente do Estado patrimonialista consolidado desde a colônia.

No processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, ocorreram diversas mudanças que afetaram diretamente a organização do trabalho e, como consequência, a classe trabalhadora. Tinti (2015) salienta que o modo de produção, nomeado por Harvey (2004) de “despossessão”, referindo-se à expressão da crise do capitalismo quando alcançada a um grau de complexidade nunca previsto pelos analistas, em que se exigia os processos de restauração do capital, produziu mudanças importantes, em especial, no que diz respeito ao papel do Estado, cuja presença na economia e na regulação do mercado se tornava cada vez mais intensa.

Além da industrialização, o desenvolvimentismo capitalista clássico admite, via de regra, um intervencionismo estatal orientado para o crescimento – quase sempre com investimentos em infraestrutura e medidas de ampliação do consumo –, e o nacionalismo. Portanto, a identidade do desenvolvimentismo está ontogeneticamente vinculada ao capitalismo, mas é na sua feição monopólica que mais se evidencia, pois se verifica em suas medidas uma espécie de concertação entre o Estado e o mercado, em seus processos particulares de reestruturação decorrente de suas crises cíclicas, que encontra, nesse mesmo capitalismo dos monopólios, condições adequadas tanto de propagação de seu corolário ideopolítico quanto das formas de produção e reprodução social, capazes de parametrizar os mercados e os Estados. Portanto, o desenvolvimento e as crises fazem parte de um mesmo insidioso esquema. (PAULA, 2013, p. 167-168).

No entanto, o capitalismo monopolista, com suas dinâmicas e contradições, cria condições para que o Estado, por ele capturado, busque legitimação política por meio de jogos democráticos. Segundo Netto (2007, p. 29), é “[...] permeável a demanda das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos.” Essa intervenção estatal no monopólio é direcionada única e exclusivamente para garantia dos superlucros dos monopólios. Assim, com poder político e econômico, o Estado passa a desempenhar múltiplas funções.

O capitalismo monopolista tem como características o aumento constante nos preços de bens e serviços, tornando a taxa de lucro cada vez mais alta. Os investimentos estão concentrados nos setores mais competitivos, e a tendência crescente é reduzir o uso da força de trabalho, introduzindo mudanças nos processos de produção e mão de obra assalariada, bem como uso de máquinas e novas tecnologias relacionadas, aumentando os custos de vendas (CEOLIN, 2014).

No estágio primitivo do capitalismo industrial, conforme explica Ceolin (2014), o número de mercadorias em circulação normalmente era limitado, e a organização familiar se constituía como base do processo de produção social. Como quase todas as necessidades da família eram atendidas por seus membros, o departamento econômico doméstico era responsável pela produção de alimentos, roupas e necessidades diárias da casa, visto que o papel do capital industrial era limitado pela demanda do mercado consumidor.

No período de transição do capital competitivo para o capital monopolista, o capitalismo industrial mudou a dinâmica da vida familiar produtora para uma unidade cada vez mais voltada aos consumidores de mercadorias. Com a expansão da urbanização e da civilização, as relações de mercado tornaram-se a única maneira possível de atender às necessidades sociais (CEOLIN, 2014).

Na década de 1930, em meio às mudanças, foi possível perceber a primeira ruptura com o avanço da acumulação capitalista no Brasil. Com isso, realiza-

va-se a implantação de um núcleo básico de indústrias e a redefinição do papel do Estado em relação à economia para tornar o polo urbano-industrial vigente para um eixo dinâmico da economia (MENDONÇA, 1986).

A industrialização no Brasil começou tardiamente, quando as guerras imperialistas já estavam acontecendo. Entretanto, jamais houve uma ruptura de subordinação aos polos hegemônicos da economia internacional, uma vez que a burguesia brasileira, além de antidemocrática, era incapaz, por iniciativa própria, de reagir perante a dominação imperialista. Na origem desse processo de industrialização, o capitalismo nacional, que estava em crise na época, precisava substituir a principal ordem de exportação dos produtos agrícolas, caracterizada amplamente pela alternância entre o ciclo econômico expansionista e a recessão subsequente (ASSUNÇÃO, 2002).

No processo histórico de desenvolvimento de forças produtivas, a industrialização foi consolidada, liderou o desenvolvimento do país, na segunda metade do século XX, e seu crescimento contínuo de produção promoveu a evolução da economia brasileira nas décadas de 1930 a 1970 (ALCANTARA; LUCENA, 2006).

As comunidades rurais isoladas e tradicionais se espalharam por todo o vasto território nacional, e as diferenças regionais de valores, padrões e estrutura social estavam em nítido contraste com o “Novo Brasil”, em geral, devido à presença da agricultura e da indústria moderna na região Sul.¹ Assim, à medida que a economia se desenvolvia, novas áreas eram incorporadas na sociedade industrial urbana. Um aspecto dessa situação foi a migração interna, que significava “abandonar o Brasil antigo e incluir-se ao novo” (LOPES, R., 2008). Para ilustrar, o autor chama a atenção para imigração de nordestinos para o Sul do país como um dos principais componentes da força de trabalho da nova economia, além das condições mesológicas na região. Ao migrarem das áreas rurais para as metrópoles, os imigrantes, com a venda da sua força de trabalho, levaram o desenvolvimento agrícola e industrial.

1 A região Sul do Brasil é composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo a menor das cinco regiões do país.

Devido às atividades agrícolas, muitos tiveram que entrar em conformidade com a particularidade da indústria, que gradualmente se tornava tendência dominante no mercado de trabalho, acompanhada de um acentuado declínio na participação no setor agrícola (ALCANTARA; LUCENA, 2006). Os trabalhadores foram, assim, divididos em dois grupos principais: cerca de dois terços eram do interior de São Paulo e de estados adjacentes (Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina), e os demais eram do Nordeste, principalmente do estado da Bahia. Ambos trabalharam até a idade adulta com seus familiares na lavoura, uns em menor número mantinham uma relação com o mundo agrícola e atuavam, sobretudo, no comércio antes de irem para São Paulo (LOPES, R., 2008).

A exploração da força de trabalho em grande escala se tornou uma característica brasileira com raízes firmemente plantadas na história nacional. Cabe ressaltar que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, e levará muito tempo para que essa instituição perca sua influência na ideologia e nos costumes sociais. Mesmo com o trabalho assalariado, a exploração excessiva permaneceu com o pagamento da mão de obra abaixo de seu valor histórico. Esse fenômeno reduziu bastante o nível econômico da população brasileira, de modo que o estabelecimento de um mercado interno foi um dos problemas mais graves enfrentados no processo de industrialização. Sabe-se que é da própria natureza do capital apropriar-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores, mas, no Brasil, houve uma dupla exploração: da burguesia e do imperialismo internacional (ASSUNÇÃO, 2002).

O ímpeto para a reprodução do capital exige apropriação de parte do novo valor necessário para manutenção da força de trabalho. Não apenas se apropriando do trabalho excedente, mas de uma parte do trabalho necessário para sua reprodução, o capital submete o trabalho a condições precárias que não atendem às necessidades humanas da classe trabalhadora (CEOLIN, 2014).

O sistema capitalista, baseado na exploração da mão de obra assalariada, esteve presente nas sociedades escravocratas, explorando os escravos, que

nem sequer eram considerados pessoas, e nas sociedades feudais, privando os servos de liberdade em prol da obediência e da lealdade a seus senhores. Assim, é possível perceber que, na prática e nas leis, as pessoas não eram consideradas iguais, mas desiguais. Portanto, desde que se estabeleceu a propriedade privada dos meios de produção, uma minoria vive do trabalho e do suor da maioria (SAFFIOTI, 1987).

No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas. (FEDERICI, 2017, p. 20).

Com a ascensão do sistema capitalista brasileiro e o processo de industrialização cada vez mais intenso, foi necessária mais mão de obra nas fábricas e nas minas, momento em que se introduz o trabalho feminino, que, em muitos casos, limitava-se apenas ao serviço doméstico. Mais uma vez, o sistema, com suas artimanhas, tornou as mulheres uma categoria explorada e oprimida para manutenção do seu *status quo*, tornando-se indispensável a discussão acerca da divisão sexual do trabalho, como proposto adiante.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Na lógica do capitalismo, é notório que os sujeitos que se identificam como mulheres possuam uma trajetória marcada por lutas e resistências. Ao longo da história, prevalece, no modo de produção capitalista, a divisão sexual do trabalho, as desigualdades e as opressões ao gênero historicamente julgado como frágil e inferior. O contexto do sistema patriarcal capitalista aponta indícios de que as relações sociais de gênero² possam ter características próprias em todas

2 É importante ter em mente que o gênero, diferentemente do sexo, é construído socialmente e, como tal, envolve o estabelecimento e a perpetuação ou o rompimento e a construção de novas identidades, dependendo do papel exercido pelo sujeito na dinâmica social. Tudo isso sempre relacionado a especificidades culturais, locais, históricas, temporais e organizacionais (BARBOSA *et al.*, 2011).

as situações. No trabalho, por exemplo, é possível identificá-las de diferentes formas e em diversas culturas, pois, mesmo que façam parte do mesmo lugar na estrutura de classes, ou estejam na mesma categoria ocupacional, homens e mulheres vivenciam situações distintas (MARQUES, 2015).

Para entender as formas de opressão sofridas pelas mulheres, é indicado partir do pressuposto de que homens e mulheres vivem sob condições objetivas e subjetivas dadas pelos produtos das relações sociais. Em outras palavras, a construção social das respostas apresentadas às suas necessidades têm, na sociabilidade, sua determinação central, ou ainda, os indivíduos fazem a história, porém, suas possibilidades de intervenção se efetivam na dialética relação entre objetividade e subjetividade, entre existência e consciência (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Na natureza social do capital, as condições materiais são o principal obstáculo que restringe o desenvolvimento pleno e livre da individualidade. Considerando que o modo de pensar e agir é definido na dinâmica complexa e contraditória entre sociabilidade e individualidade, é possível perceber a prevalência de indivíduos alienados no que se refere a sua capacidade criativa e reflexiva, reproduzindo práticas que evidenciam os processos de alienação e subalternidade (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Outro aspecto que merece atenção diz respeito ao pano de fundo da acumulação flexível (reorganização da produção). Vale ressaltar que, na década de 1970, a introdução de um modelo de produção capitalista aprimorado culminou em um estágio de transformações na sociedade que reestruturaram o mercado de trabalho, reformulando as profissões e inserindo novos segmentos na esfera produtiva, como a força de trabalho feminina (NETTO, 1996).

No decorrer da intensificação do modo de produção capitalista, as relações sociais e laborais trouxeram novos desafios para trabalhadores e trabalhadoras.

Dito isso, é importante destacar que a construção de uma nova ordem patriarcal que tornava as mulheres “servas” da força de trabalho masculina foi imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, Federici (2017, p. 118) acrescenta que:

Sobre esta base, foi possível impor uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. Deste modo, assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista.

A diferença de poder entre homens e mulheres e a ocultação do trabalho não remunerado das mulheres, oculto na camuflagem de inferioridade natural, permitiram ao capitalismo expandir enormemente a “parte não remunerada da jornada de trabalho” e usar os salários dos homens para acumular empregos femininos. Em muitos casos, o sistema também ajudou a transformar o confronto de classe em confronto entre gêneros. Dessa maneira, a acumulação primitiva foi, antes de tudo, acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que buscavam a separação da classe trabalhadora e sua alienação (FEDERICI, 2017).

Assim, o capitalismo industrial passou a usar o trabalho de mulheres e crianças, prática contrária às alegações de que o espaço familiar é um lugar natural para ambos. No primeiro estágio da Revolução Industrial, os capitalistas adotaram um discurso tradicional, enfatizando a inferioridade e a vulnerabilidade natural de mulheres e crianças para justificar seus salários inferiores aos dos homens. No entanto, a principal preocupação era a formação de um novo modelo social e de um estado moderno que buscavam a apreciação da família e a redefinição dos papéis de maridos, esposas e filhos (CAROLA, 2006).

Com a separação entre produção e reprodução, foi criada uma classe de mulheres proletárias tão dominadas e alienadas quanto os homens, mas, diferentemente deles, elas dificilmente eram remuneradas. Portanto, em uma sociedade cada vez mais monetizada, haviam mulheres forçadas a viver em um estado de penúria, dependência econômica e como trabalhadoras invisíveis. De forma célere, o trabalho feminino, quando realizado em casa, passou a ser definido como “tarefa doméstica”. Fora do seu ambiente, o trabalho era insuficiente para sua sobrevivência e para sua independência econômica, afinal, quando conseguiam receber uma remuneração, esta era muito inferior à dos homens (FEDERICI, 2017).

Carola (2006) salienta que, na Inglaterra, Engels denunciou a exploração do trabalho de mulheres e crianças nas fábricas e nas minas. Marx, do mesmo modo, expressou sua indignação e apontou a deterioração moral da classe operária e o modo como a burguesia se apropriou da força de trabalho feminina e infantil. Mais do que fazer uma simples denúncia, ele explicou que, no século XIX, o capitalismo destruiu “[...] todas as fronteiras estabelecidas pela moral e pela natureza, pela idade ou pelo sexo, pelo dia e pela noite [...]” (MARX, 1988, p. 315-316).

No que concerne ao trabalho das mulheres nas minas, Carola (2006, p. 39) explica que:

Em relação ao trabalho nas minas (de carvão e de outros minerais) dos países do mundo ocidental, pode-se afirmar que até o final do século XIX e até mesmo na primeira metade do XX, o emprego da força de trabalho feminina foi uma prática comum. Por se tratar de uma das atividades mais desgastante e fatigante, pode-se até dizer que a proibição do trabalho das mulheres no subsolo das minas foi uma conquista, mas esta não se deu apenas em função de sentimentos humanitários e sim por se acreditar na inferioridade e fragilidade naturais do corpo feminino.

O discurso dominante defendia a inserção das mulheres nesse tipo de exploração, chamada de trabalho, como uma violação da sua natureza. Assim, o

trabalho nas minas passou a ser visto como uma patologia social, ameaçando a sociedade e comprometendo o futuro da nação. Desde então, essa “crença” foi inserida, e as mulheres foram naturalmente excluídas das minas, esquecidas pelos relatos dos historiadores, tornando estranha a discussão de que o trabalho nas minas de carvão, ferro e ouro era comum entre as mulheres no final do século XIX e começo do século XX (CAROLA, 2006).

A possibilidade da mulher se inserir na produção social se dava da seguinte forma: se optasse pelo trabalho industrial, ficaria impossibilitada de cumprir seus “afazeres domésticos”, se cumprisse as demandas do lar, estaria impedida de se integrar na vida social e possuir uma vida mais independente. Cabe acrescentar o posicionamento de Engels (2012, p. 113) de que “[...] a família individual moderna se baseia na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais”.

Trazendo essa análise para além do ambiente doméstico, a classe denominada como patronal apresenta maior interesse nas categorias sociais discriminadas: mulheres, negros, homossexuais. Quanto mais discriminada, mais fácil trabalhar em condições precárias e ganhar salários menores. Saffioti (1987) ressalta que é bastante claro o processo da construção social de inferioridade, pois, correlato a ele, está o processo da construção social da superioridade, isto é, do mesmo modo que não existem ricos sem pobres, não existem superiores sem inferiores, assim, a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina, em que a mulher meiga é a contrapartida do homem macho, mulher frágil, homem forte, e mulher inferior é o outro lado da moeda do homem superior.

Além das condições de trabalho precárias e instáveis enfrentadas pelas mulheres no contexto da acumulação flexível, é importante considerar a necessidade de somar os atributos do trabalho reprodutivo com o trabalho produtivo. Com poucas exceções, as mulheres são responsáveis pelos trabalhos domésticos, além de venderem sua força de trabalho ao mercado capitalista, realizando,

assim, uma dupla jornada de trabalho (MARQUES, 2015).

Toda essa discussão evidencia a condição das mulheres no contexto da sociedade capitalista patriarcal, desigual, sexista, machista, preconceituosa e, ainda, racista. Embora a questão da raça não seja foco da discussão, aqui, proposta, é importante ressaltar que, em um país como o Brasil, marcado por diferenças raciais e étnicas, falar da exclusão das mulheres tem rumos ainda mais impactantes quando a questão racial é abordada. Portanto, considera-se que não haverá possibilidade de mudanças se não existir o compromisso coletivo de questionar e interferir nos diferentes contextos, como o de exploração da força de trabalho de homens e mulheres (MARQUES, 2015).

Ainda no que concerne ao capitalismo e à exploração da força de trabalho feminina, Nirleide Lopes (2017, p. 4) salienta que:

Heleieth Saffioti em sua obra 'A mulher na sociedade de classes: mito e realidade' (2013) aborda que o capitalismo não criou a inferiorização social das mulheres, mas se aproveitou do mesmo contingente feminino, acirrando a disputa e portanto, aprofundando a desigualdade entre os sexos. Nesse sentido que o movimento feminista classista assume uma perspectiva revolucionária, materialista e dialética em que defende a libertação das mulheres alinhada à mudança de toda a sociedade.

O sistema capitalista tem como aliado a opressão das mulheres, tanto no que diz respeito ao campo ideológico quanto por meio da reprodução conservadora da família, em uma perspectiva de inserção precária e subalterna ao mundo do trabalho. Assim, é necessária uma luta constante para obter uma nova condição social, política e econômica para as mulheres, possibilitando a igualdade de gênero. Com as contradições inerentes ao próprio sistema, existe uma abertura para lutas e transformações que objetivam uma nova ordem social (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

A relação existente de dominação e exploração, inserida no patriarcado, é colocada de forma naturalizada na consciência das mulheres, fazendo com que

as mesmas naturalizem e reproduzam a condição subalterna, posta como uma função natural e biológica. Desse modo, é latente a necessidade de combater essa ideologia que naturaliza a opressão das mulheres mediante a aliança com as lutas gerais da classe trabalhadora na ruptura com o capitalismo. Afinal, uma vez que, na sociedade, o poder é do homem, branco, rico e heterossexual, faz-se necessário questionar as manifestações nas quais as mulheres são diretamente oprimidas (ALVES; NASCIMENTO; QUEIRÓS, 2016).

Isso porque com o crescimento do mercado industrial e a efetivação do sistema capitalista a partir da exploração da força de trabalho, a mulher passou a ser oprimida não só pelos homens, mas pelo Estado e pelo sistema capitalista vigente. Esse cenário fez com que seu trabalho remunerado fosse igual ou em condições mais precárias que as dos homens, e seus salários, menores, isso quando os recebiam. Nessa conjuntura, o trabalho doméstico se tornou mais um a ser realizado pelas mulheres, sem remuneração e naturalizado. Muitas vezes, seus filhos também trabalhavam em fábricas e, ao chegarem em casa, recebiam os cuidados apenas das mães.

Nos dias de hoje, o patriarcado ainda está presente na contemporaneidade, ratificando a desigualdade entre os gêneros, e o acúmulo de tarefas atreladas à mulher persiste. Embora conquistas referentes à equiparação salarial tenham sido adquiridas nos últimos anos, sobretudo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a ideologia patriarcal perdura e sua base material permanece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As profundas transformações provocadas pela dinâmica da crise estrutural da produção capitalista trazem impactos nas relações sociais dos sujeitos que se reconhecem como mulher. Neste artigo, considera-se fundamental o entendimento de determinantes históricos que, conseqüentemente, possuem reverbera-

ções na contemporaneidade para entender que as opressões vivenciadas foram construídas historicamente, sobretudo, na divisão sexual do trabalho.

O reflexo disso no cotidiano da classe trabalhadora está estampado em práticas desiguais, expressões da questão social. No Brasil, o capitalismo dependente, constituído na égide do patriarcalismo, gerou processos de desigualdades e violências relacionadas à questão de gênero levados a um patamar de normalidade. A transição de um país iminentemente agrário para uma dita sociedade “moderna” também revelou uma conjuntura ditada pelo conservadorismo e pelo autoritarismo do estado burguês, com mandos e desmandos de uma gestão verticalizada, sem participação da classe trabalhadora.

Cabe ressaltar ainda que, ao ser um dos últimos países a abolir a escravidão, o Brasil mostra que a exploração do trabalho é fator determinante de sua história, o que traz rebatimentos na vida dos sujeitos até hoje, particularmente para as mulheres negras. Daí a importância dos movimentos e dos estudos como, por exemplo, do feminismo interseccional para apreender os vários tipos de feminismos, considerando os sujeitos em sua totalidade histórica.

Estudar a realidade social é dar luz a essa dinâmica das relações de gênero na sociedade capitalista, além de trazer subsídios para uma análise em uma perspectiva de totalidade para construção de estratégias de lutas e resistências da classe trabalhadora. Logo, não há possibilidade de mudança sem a problematização desses determinantes que impedem a conquista da autonomia e a organização dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Jânio de Souza; LUCENA, Carlos Alberto. O processo histórico da industrialização brasileira e a educação profissional: as inovações tecnológicas e a formação do trabalhador. VII SEMINÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS. Campinas/SP, 2006.

ALVES, Leonardo Nogueira; NASCIMENTO, Marília Soares; QUEIRÓS, Thais Dias de. A relação de dominação/exploração no capitalismo-patriarcal: apropriação da vida das mulheres. 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS - 80 anos de Serviço Social Tendências e Desafios, 2016.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Constituição do capitalismo industrial no Brasil: a via Colonial. **Revista da APG/PUC-SP**, São Paulo, ano X, n. 28, p. 281-98, dez. 2002.

BARBOSA, Milka Alves Correia; MATOS, Fátima Regina Ney; SANTOS, Ana Paula Ferreira dos; ALMEIDA, Ana Márcia Batista. **Mulheres e patriarcado: dependência e submissão nas casas de farinha do agreste alagoano.** XXXV ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro, 2011.

CAROLA, Carlos Renato. Pandora, Eva e Sofia: a naturalização da desigualdade de gênero na história do pensamento ocidental. *In*: CASTILHOS, Zuleica Carmen; LIMA, Maria Helena Machado Rocha; CASTRO, Nuria Fernandez. **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração: Brasil, Peru, Argentina, Bolívia.** Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 2006. p. 23-40.

CEOLIN, Geoge Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no serviço social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Expressão Popular, [1884] 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** Porto Alegre: Globo, 1958.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

LOPES, Nirleide Dantas. A violência contra a mulher no capitalismo contemporâneo: opressão, exploração e manutenção do sistema. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

LOPES, Rubens Brandão. **Sociedade industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 168p. ISBN: 978-85-9966-277-9.

MARQUES, Maria Inês Barboza. **Divisão sexual do trabalho e suas expressões**: reflexões a partir do trabalho docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). 299f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Serviço social, estado e desenvolvimento capitalista**: (im)possibilidades neodesenvolvimentistas e projeto profissional. 2013. 420f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova República. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 309-330, abr.-jun. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010.

TINTI, Élidi Cristina. **Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto [on-line]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 31-74. ISBN 978-85-7983- 655-658.

VAINER, Carlos Bernardo; HIRT, Carla; WARNER, Deborah; VIEIRA, Flávia Braga; GHIBAUDI, Javier Walter; GARZON, Luís Fernando Novoa. **Burguesia, Estado e desenvolvimento capitalista no Brasil a partir de 1930: interpretações e debates. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Macapá, v. 8, n. 2, p. 51-86, jul./dez. 2015.**



10.48209/978-65-89949-77-2

CAPÍTULO 2

SENTIDOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E DAS COTAS RACIAIS NAS PESQUISAS ACADÊMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Alcir Martins

Marciene da Silva Vieira

INTRODUÇÃO

O corrente texto tematiza a política de cotas raciais na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, analisando um conjunto de produções acadêmicas que abordaram as ações afirmativas e a política de cotas na instituição. As pesquisas foram selecionadas no Manancial – Repositório Digital. A análise descrita neste artigo busca oferecer respostas para a(s) seguinte(s) problemática(s): quais as interferências e influências do processo de implantação da política de cotas nas concepções e abordagens verificados nas pesquisas? De que forma a aplicação das cotas raciais impactou na definição de recortes temáticos e nas escolhas teóricas e metodológicas das pesquisas que integram o *corpus* deste artigo?

O objetivo deste artigo é analisar as diferentes abordagens e concepções sobre ações afirmativas e cotas raciais expressas em trabalhos acadêmicos disponíveis no Manancial - Repositório digital da UFSM, apontando os diferentes sentidos mobilizados nas pesquisas realizadas no período de 2009 a 2021 e como influenciaram nos quereres e quefazeres dos pesquisadores/as.

Para Aguiar e Silva (2021) pesquisas que abordam as questões raciais são recentes no Brasil, com exceção de trabalhos notáveis de intelectuais negros, como Lélia Gonzáles e Milton Santos, o tema só se tornou corrente nas universidades brasileiras a partir de 2001 após a III Conferência Internacional sobre o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, que tornou o Brasil signatário do Programa de Ação das Nações Unidas e exigiu que o país implementasse Políticas de Ações Afirmativas para a população negra. Até então, as desigualdades raciais haviam sido compreendidas como um subproduto das desigualdades sociais e econômicas e, por isso, pouco exploradas nas pesquisas.

A temática racial inerente à discussão das ações afirmativas e cotas para estudantes Negros insere-se no rol de novos temas e objetos emergentes nas pesquisas educacionais. Moraes (2001) alerta para o cuidado com que devem

ser pensadas e discutidas questões étnicas, geracionais, ambientais, de gênero, de orientação religiosa, ligadas ao multiculturalismo ou a micro-relações.

As dissidências e disputas em torno do tema do racismo estão essencialmente arraigadas no passado colonial e escravocrata do Brasil, país que mais recebeu pessoas escravizadas da diáspora negra no Atlântico, assim como o último país a abolir a escravidão, a Lei Áurea foi assinada em 13 de maio de 1888, foram aproximadamente 300 anos de regime escravocrata. As implicações do período da colonização e da escravidão no Brasil são marcantes e visíveis. A escravidão é o nosso mais profundo trauma, dela derivam profundas consequências que inviabilizam a construção de um país contemporâneo mais justo (ESPÍNDOLA, 2015).

A sua mais horrenda manifestação contemporânea é o racismo, onde ocorre uma categorização e hierarquização baseada na cor da pele, a consequência é “[...] a ofensa, a exclusão, o menosprezo e o desprezo com vistas a inferiorizar” (RIBEIRO, 2012, p.6). Para Brah (2006) existem diferentes formas de racismo, e cada um “[...] tem uma história particular” (p. 344), pois surgiu em um contexto de um conjunto específico de circunstâncias econômicas, políticas e culturais. No caso do racismo contra pessoas “negras” é o eco da “diferença como relação social” que reverbera quando legados da escravidão, do colonialismo ou do imperialismo são invocados (p. 363).

O Brasil acredita praticar um racismo silencioso, mas este é igualmente perverso. A consequência é que ainda hoje a história das pessoas pertencentes a esse grupo é marcada por desigualdades e discriminações reiteradas, que impedem, em certa medida, o acesso a recursos materiais, à educação e a bens culturais produzidos por essa mesma sociedade.

Uma das formas de reduzir a discriminação tem sido a implantação das chamadas Ações Afirmativas, “[...] um conjunto de ações que reverberam o

extermínio de desigualdades e objetivam garantir a igualdade de oportunidades” (AGUIAR; SILVA, 2021, p. 25). Ações afirmativas se diferenciam de políticas especificamente antidiscriminatórias por atuar preventivamente em favor de sujeitos que são potencialmente discriminados pela sociedade na qual está inserido. Por outro lado, também podem ser entendidas como uma reparação dos efeitos históricos dos processos de exclusão e discriminação.

Entre as Ações Afirmativas encontram-se as políticas de cotas, desenvolvidas na UFSM desde 2008 com a implantação da Resolução 011/2007. Em 2012 a universidade iniciou seu processo de adaptação para atender a Lei 12.711/2012 que estabeleceu normas para a reserva de vagas para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, contemplando, entre outros grupos e critérios, candidatos autodeclarados pretos e pardos.

Isto posto, apresentam-se os pressupostos teóricos e metodológicos aplicados neste artigo; os procedimentos e critérios para seleção do conjunto de pesquisas acadêmicas aqui analisadas e a investigação sobre os sentidos mobilizados em torno das ações afirmativas e cotas raciais, das quais desdobram-se e articulam-se outras categorias.

CONCEPÇÕES E ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Se, para cada pesquisa subjazem perspectivas e abordagens específicas que, por sua vez, implicam em procedimentos e técnicas de pesquisa, considera-se para uma pesquisa consistente, a necessária coerência entre estes elementos. Pesquisar exige clareza quanto às concepções, metodologias e procedimentos que pavimentam os caminhos no ato de pesquisar. Entretanto, o método não deve ser tomado como diretriz rígida, que petrifique a pesquisa, mas como uma “[...] orientação prévia, atenta aos aspectos que caracterizam as escolhas feitas ao conceber a pesquisa” (FERREIRA *et al.*, 2014, p.198).

Cabe então, aqui, explicitar quais perspectivas e abordagens orientam esta pesquisa, bem como descrever os procedimentos e técnicas aplicados para a produção e análise dos dados. Neste artigo optou-se pelo materialismo histórico-dialético como perspectiva teórica. Assim, busca-se a apreensão da realidade de modo abrangente, em sua totalidade, verificando o quanto os objetos e temas presentes no percurso desta pesquisa intercambiam-se mutuamente enquanto constroem-se como históricos.

A envergadura analítica da perspectiva dialética deve expandir-se ao passo que, dentro da concepção de história na obra marxista, entende-se que “as motivações das ações humanas são muito mais complexas e dificilmente podem ser reduzidas a manifestações de uma única causa fundamental” (CODATO, 2011, p. 2).

Na produção deste artigo predomina a abordagem de caráter qualitativo, aplicada para analisar diferentes partes do real. Reforça-se a centralidade dos pesquisadores no ato de pesquisar. Os dados não falarão por si e apenas produzirão sentidos a partir da ação de quem faz pesquisa (MILLS, 2009).

Para a delimitação do campo desta pesquisa realizou-se alguns procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. Compreende-se que são procedimentos distintos, sobretudo, considerando as fontes tomadas para a realização de cada um destes tipos de pesquisa. Entretanto, buscou-se aqui articular ambas as técnicas para explicitar alguns conceitos mobilizados ao longo do artigo e também para configurar e apresentar um plano de fundo - a historicidade - em torno da tematização abordada. Parte-se de dados, análises e teorias já trabalhadas e registradas por outros autores em livros, artigos e teses. Assim, segundo Severino (2007, p. 122) a pesquisa “[...] trabalha a partir da contribuição dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos”. Trata-se de revisar a literatura sobre determinado tema ou contexto teórico.

Neste artigo, o levantamento bibliográfico dialoga com a pesquisa documental ancorada na leitura de dispositivos legais (Leis e Resoluções) que regulamentam as ações afirmativas, em geral, e as cotas raciais, em particular, caracterizando assim o cenário e o contexto em que foram produzidas as pesquisas acadêmicas da UFSM selecionadas para esta análise. As pesquisas selecionadas, por sua vez, podem ser tomadas como fontes bibliográficas, pois são resultado de tratamento analítico anterior, mas também são fontes estáveis para novas análises e elaboração de outros panoramas e, desta forma, podem ser compreendidas com bases documentais em função do olhar do pesquisador e dos objetivos da pesquisa (GIL, 2002).

Após a configuração do *corpus* desta pesquisa, passou-se ao momento do efetivo empreendimento analítico. Neste ponto, o artigo buscou aproximação a uma análise do discurso, tendo como referência fundamental a proposta de Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS). Como resposta à necessidade de evidenciar uma base dialética para a produção e análise de dados no âmbito da pesquisa em educação, a AMS toma o discurso como produto da historicidade dos sujeitos, e nesta perspectiva:

A análise do discurso implica considerar uma categoria fundamental da dialética, que é a totalidade. Ao considerá-la, pode-se partir do suposto de que só se compreende o discurso nas relações que o determinam, na materialidade que o produziu, nas quais se manifestam interesses de classes fundamentais no processo de produção discursiva. Nesse sentido, objetivar-se-á deslindar o discurso dominante, as produções de consenso e as determinações, desconstruindo aparências, mediante a recomposição dos sentidos dos movimentos históricos, para finalmente atingir a essência, por meio do movimento sincrônico entre empiria e teoria (FERREIRA, 2020, p.13).

Na aplicação desta técnica os discursos a) evidenciam os sujeitos e b) aglutinam sentidos e significados (FERREIRA; BRAIDO; DE TONI, 2020). Sendo os significados a estabilização dos sentidos, sistematizados com o trabalho da linguagem.

Enquanto método, a proposta da AMS, opera num permanente ir e vir aos textos, de modo a comparar, organizar, cotejar e sistematizar os discursos com o apoio de instrumentos diversos, dentre os quais, tem-se o uso de gráficos, quadros, tabelas, desenhos, entre outros. Conforme Ferreira, Braido, De Toni (2020), a AMS deve transitar de modo dinâmico entre a) aprofundar a leitura para buscar e evidenciar os sentidos do texto; b) construir sínteses que expressem as semelhanças, diferenças, aproximações e conflitos entre os sentidos, ao passo em que se tornam significados e; c) sistematizar elaborando argumentação sobre as sínteses descobertas nos momentos anteriores, construindo assim outro(s) sentido(s) possíveis.

MERGULHANDO NO MANANCIAL: OS SENTIDOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E DA POLÍTICA DE COTAS NAS PESQUISAS DA UFSM

A base de dados para esta análise foi selecionada através da ferramenta de “Busca” no Manancial – Repositório Digital da UFSM utilizando os seguintes filtros avançados: “Título contém” e “Assunto contém”. Em cada um desses, realizou-se a busca em conjunto e isoladamente das seguintes palavras-chave: *cotas; cotas raciais; cotistas; racismo; ações afirmativas*. Os descritores utilizados foram definidos a partir de leituras e experiências prévias dos pesquisadores, que, ao debruçar-se sobre a problemática proposta neste artigo, partiram do “[...] seu próprio repertório, já que a escrita emerge e articula arranjos possíveis entre o que já se sabe, o que já se conhece e o que se está em via de dizer” (PEREIRA, 2013, p. 215).

A primeira busca retornou 126 resultados. Esta amplitude de resultados incorporou pesquisas de diferentes áreas, Química, Engenharia, Biologia, Agronomia e Saúde, entre outras. Revisados os títulos e as palavras-chave de cada um dos trabalhos, foram excluídas as produções completamente desconexas ao propósito desta pesquisa. Assim, reduziu-se o recorte para 44 trabalhos.

Avançou-se para uma leitura dos resumos e outros elementos textuais que permitiram a identificação mais apurada das temáticas de cada pesquisa ainda relacionada. Muitas das produções abordavam questões étnicas e debatiam o racismo, mas em perspectivas e recortes distantes da discussão das ações afirmativas ou da política de cotas. Uma outra parte das pesquisas, ainda que abordasse as discussões sobre o acesso ao ensino superior, considerando ações afirmativas e cotas, fazia isso com o enfoque em outras instituições - que não a UFSM - ou em cotas para grupos diversos (indígenas, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros). Com a exclusão de tais trabalhos, restaram apenas as produções diretamente identificadas com o nosso recorte temático específico, qual seja, as ações afirmativas e as cotas raciais para estudantes negros na UFSM, que totalizaram 12 pesquisas realizadas entre 2009 e 2021.

Na Tabela 01, consta uma relação de todas as pesquisas com os respectivos anos, títulos, autores e origem de cada uma delas.

Tabela 01: Relação das pesquisas selecionadas

Ano	Título	Autoria	Origem
2009	Programa de ações afirmativas na UFSM: o ensino superior público sob o olhar de seus gestores	Pacheco, Claudia Regina Costa	CE / Especialização
2012	Políticas públicas de ações afirmativas na UFSM	Marion, Simone	CE / Especialização
2014	Ações afirmativas: a igualdade e o acesso pleno à educação superior dos grupos sociais historicamente excluídos	Lopes, Toni Ronei	CE / Mestrado
2014	A expansão universitária e as ações afirmativas: a experiência das cotas afro na Universidade Federal de Santa Maria	Martins, Alcir Luciany Lopes	CCSH / Mestrado

2015	Uma proposta de diálogo intercultural na formação de professores para alunos cotistas	Friedrich, Rafael	CE / Mestrado
2016	Direitos humanos e ações afirmativas: o (des)velar dos caminhos para a igualdade no ensino superior	Duarte, Fábio Rijo	CE / Mestrado
2018	Negro (auto) biográfico; cotas, real imaginário simbólico: cotistas na UFSM	Santos, Daniela da Silva dos	CE / Mestrado
2018	Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho	Dutra, Maria Rita Py	CE / Doutorado
2019	Recepção e acolhimento de estudantes beneficiários do programa de ações afirmativas (inclusão social e racial) na Universidade Federal de Santa Maria-RS	Machado, Tamara Conti	CE / Mestrado
2019	Intercultura, formação de professores e cotas nas universidades brasileiras: Uma realidade efetiva ou formal?	Friedrich, Rafael	CE / Doutorado
2019	Ações afirmativas para a educação profissional e tecnológica: negros e negras no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria	Budino, Nara Zari Lemos	CE / Mestrado
2021	Os processos formativos de estudantes cotistas autodeclarados pretos e pardos e os contextos emergentes na UFSM	Goulart, Sheila Fagundes	CE / Doutorado

Fonte: Pesquisadores (2022).

A partir da leitura dos trabalhos, identificam-se as preocupações, problemáticas ou perspectivas mais evidentes no desenvolvimento de cada pesquisa. Nem sempre elas coincidirão ou estarão explícitas na exposição de cada trabalho, seja nos resumos ou em outros elementos textuais de cada pesquisa. Deste modo, o enquadramento proposto a seguir já expressa um direcionamento oferecido pelo olhar analítico, construído pelos pesquisadores na elaboração deste artigo. Aqui revelam-se categorias que serão chaves de leitura para a análise dos movimentos de sentidos.

Tabela 02: Categorias em evidência / destaque

Categorias	Quantidade de trabalhos que destacam / evidenciam a categoria	Data (ano) das pesquisas que destacam / evidenciam a categoria
1) Acesso (à Universidade)	4	2009; 2012; 2014 e 2016
2) Legalidade; legitimidade; constitucionalidade (das AFs e das cotas)	2	2009 e 2014
3) Permanência (no ensino superior); trajetórias de cotistas, experiências acadêmicas (de estudantes cotistas);	8	2014; 2015 e todas as 6 pesquisas do período 2018-2021
4) Acompanhamento e avaliação (das AFs e da política de cotas)	2	2016 e 2019
5) Cultura e ambiente institucional; (currículo; formação de docentes)	4	2015, 2019, 2019 e 2021
6) Inserção profissional e; mundo do trabalho	1	2018

Fonte: Pesquisadores (2022).

“Acesso” refere-se ao movimento de luta pela garantia de vagas para estudantes negros no Ensino Superior. As pesquisas que apresentam centralidade nesta categoria, baseiam-se em leituras e dados que dão conta de demonstrar a ocupação racialmente desigual das vagas nas universidades e apresentam o processo histórico de luta por direitos que culminam na reserva de vagas para

estudantes negros nas universidades. Aproximam-se ou aderem-se à categoria “Legalidade; Legitimidade e Constitucionalidade”, direcionando a abordagem aos aspectos formais ou burocráticos, enfatizando questões institucionais. Estas categorias estão identificadas fortemente no primeiro período de elaboração das pesquisas (2009 a 2017). Explica-se esta concentração, justamente pelo momento vivenciado naqueles anos. A polêmica em torno da reserva de vagas permeava o debate nacional e, diante disso, influenciava a pesquisa acadêmica para a análise da viabilidade e legitimidade institucional, tanto ou mais que a pertinência histórica e social da adoção de cotas para negras e negros na universidade brasileira.

Pacificado o entendimento quanto à constitucionalidade da reserva de vagas após o julgamento da ADPF 186 / DF e a aprovação da Lei 12711/2012, inaugura-se um novo ponto de inflexão nas pesquisas acadêmicas da UFSM sobre as cotas. Considerando a antecedência com que a UFSM adotou uma política de cotas, desde a aprovação da Resolução CEPE 011/2007, percebe-se um gradual direcionamento dos olhares dos pesquisadores em direção à categoria da “Permanência”. Com a presença de estudantes negras e negros cotistas na UFSM sendo uma realidade, torna-se possível e necessário, dar um passo à frente. Surgem aqui trabalhos que se referenciam e operam com as noções de “Trajetória” e “Experiência” dos acadêmicos negros na UFSM. A consolidação da presença de estudantes negros na vida universitária da instituição influencia de tal maneira o trabalho de pesquisadores e pesquisadoras, colocando esta categoria em todas as seis pesquisas do período mais recente, entre 2018 e 2021. São pesquisas que transitam entre a noção de permanência na instituição desde perspectivas materiais, envolvendo políticas acadêmicas e assistência estudantil e avançam em direção ao campo das subjetividades e da experiência pessoal dos estudantes negros que ingressaram na UFSM pela política de cotas. Este movimento temático que incorporou a categoria “Permanência” às pesquisas

sobre cotas na UFSM, também apresenta implicações quanto aos procedimentos e técnicas adotadas. Verifica-se a utilização de alguma metodologia de entrevista em sete pesquisas ao lado de outras três ocorrências da utilização de narrativas pessoais, relatos biográficos ou de história de vida. Tomando-se a referência temporal, verifica-se mais uma vez uma diferenciação entre os dois períodos em que estão agrupadas as pesquisas.

Entre 2018 e 2021, todas as pesquisas aplicaram entrevistas ou algum método de produção de dados envolvendo estudantes negros cotistas na UFSM como sujeitos da pesquisa. No primeiro período, apenas dois trabalhos aplicaram alguma técnica de entrevista, sendo que na monografia de Pacheco (2009), os sujeitos entrevistados não são estudantes negros, mas alguns pró-reitores da UFSM, evidenciando a primazia aos aspectos institucionais que se verificou nas primeiras pesquisas sobre cotas na instituição.

Como desdobramento lógico do movimento percebido nas categorias destacadas nas pesquisas, é por volta da metade do período de tempo abarcado nesta análise que ganham evidência as categorias de “Acompanhamento e Avaliação”. Embora a proximidade do fechamento da primeira década da aprovação da Lei de Cotas e a previsão de revisão da lei em 2022, pudesse indicar uma importância maior para esta categoria, ela aparece com destaque em apenas duas pesquisas (DUARTE, 2016 e CONTI, 2019). Entretanto pode-se articular a categoria “Cultura e ambiente institucional” para construir um contexto mais amplo de avaliação institucional pois reúne pesquisas que incorporam a crítica ao currículo, a análise das relações e vivências construídas no ambiente universitário e incluindo a formação docente. As pesquisas de Friedrich (2015, 2019), Budiño (2019) e Goulart (2021) avançam na crítica da universidade como instituição em que repercutem e reproduzem-se relações racialmente desiguais e racistas. Relatos e transcrições de entrevistas dão conta de testemunhar diversas vivências de discriminação sofridas por estudantes negros em situações e ambientes acadêmicos.

Ainda que o contexto social mais amplo, defina as bases das leituras e análises sobre as ações afirmativas e a política de cotas, valoriza-se a dimensão biográfica e subjetiva para compreensão da realidade de tal forma que: “Nem a vida de um indivíduo nem a história de uma sociedade pode ser compreendida sem que entendamos ambos” (MILLS, 2009, p. 82).

Concorda-se com Ferreira *et al.*, (2014) que “[...] de acordo com o materialismo histórico, nenhum fenômeno está isolado, pelo contrário, insere-se numa rede de contextos progressivamente mais amplos e complexos” (p. 200) e desta maneira, recorre-se à imaginação sociológica para “[...] aprender história e biografia e as relações entre as duas na sociedade” (MILLS, 2009, p. 84).

Por fim, a última categoria extraída das leituras realizadas no conjunto de pesquisas, evidencia-se a “Inserção Profissional” (ou “Mundo do Trabalho”). Verificada apenas uma ocorrência, na tese elaborada por Dutra (2018), poderá ser constituída como categoria relevante para o debate nacional no momento de rediscussão da Lei 12711/2012.

Sentidos das ações afirmativas e da política das cotas verificados nas pesquisas

Nos trabalhos analisados, verificou-se, de modo geral, que os pesquisadores atribuem usos e sentidos quase sinônimos para “Ações Afirmativas” e “Política de Cotas”, ou ainda, simplesmente “cotas”.

Alguns trabalhos chegam a expressar, genericamente, a compreensão de que as ações afirmativas consistem na aplicação das cotas (MARTINS, 2014 e MACHADO, 2019, por exemplo), sugerindo uma compreensão específica do alcance ou da intencionalidade a ser perseguida, vinculando a operacionalização das AFs ao contexto do acesso ao ensino superior, o que seria garantido pela reserva de vagas para grupos específicos - especificamente neste estudo, a população negra no Brasil.

No limite, utilizar sentidos sobrepostos ou idênticos para “ações afirmativas” e “cotas” ou o esgotamento das primeiras no alcance da segunda, reduz drasticamente a atenção para múltiplos desdobramentos necessários para o combate efetivo da desigualdade de qualquer tipo, em particular no tema deste artigo, para o enfrentamento ao racismo.

Apenas em Friedrich (2019) nota-se o empenho em distinguir nítida e detalhadamente, ação afirmativa de política de cotas. Em sua pesquisa, descreve o aspecto geral e o contorno amplo com os quais deve ser tomada a noção de ações afirmativas. Sendo esta, um conjunto de medidas e iniciativas, em diferentes âmbitos da vida pública e das relações sociais, visando a superação de desigualdades de algum tipo. No bojo desse entendimento, a política de cotas seria uma das aplicações concretas possíveis das ações afirmativas, não a única, tampouco seu limite.

Apesar da tendência aglutinadora dos sentidos para ações afirmativas e política de cotas, seja expressa recorrentemente nas pesquisas, nota-se que, na prática tem-se abordagens que extrapolam esse entendimento (ainda que o expressem em algum momento de seus textos). Verificou-se o surgimento das categorias “Permanência” e “Cultura e Ambiente Institucional”, em pesquisas realizadas a partir de 2014 e com presença abundante em todas as investigações empreendidas entre 2018 e 2021. Considera-se a partir daqui uma compreensão tácita de que as ações afirmativas e o enfrentamento das desigualdades devem ir além das cotas e reserva de vagas para o ingresso na universidade.

Seguindo o panorama acima e tomando como referência o conteúdo das pesquisas analisadas, restam visíveis alguns deslocamentos nos sentidos oferecidos/reivindicados para AFs e cotas pelos pesquisadores. Identifica-se, por exemplo que as cotas podem ser tomadas como um meio para universalização do acesso à Universidade (DUARTE, 2016) e para sanar desigualdades (MACHADO, 2019), indicando aqui algum destaque no caráter quantitativo e individual que

significaria a garantia de mais vagas para mais indivíduos enquadrados em critérios específicos, mas para além da experiência pessoal, as cotas também devem transformar a universidade (DUTRA, 2018), tornando-a cada vez mais democrática e plural (GOULART, 2021). Nestas pesquisas, percebe-se a compreensão do alcance das cotas para a alteração e qualificação de ambientes e instituições, o que confere às cotas um alcance que extrapola o indivíduo e possibilita incidir em instituições e contextos sociais.

Outra diferenciação verificada refere-se às dimensões da vida e da desigualdade que as ações afirmativas devem atingir. Para algumas pesquisas, ações afirmativas ou cotas devem criar condições de igualdade material (DUARTE, 2016 e MACHADO, 2019) ou combater discriminações e preconceitos (MARION, 2012 e DUARTE, 2016). A incidência da desigualdade racial em dimensões materiais e simbólicas pode ser verificada distintamente. Entretanto, nota-se uma forte tendência para o entendimento que ambas as formas de manifestação da desigualdade operam e constituem-se simultânea e complementarmente e, desta forma, ações afirmativas e política de cotas devem promover acesso a bens culturais, mas também ascensão socioeconômica (GOULART, 2021) de modo a articular a compensação material e a desconstrução de inferiorização ou estigmas sociais (MARTINS, 2014 e BUDIÑO, 2019), contestando ainda a noção universalista de justiça social (FRIEDRICH, 2015, 2019 e DUTRA, 2018) a fim de alcançar as especificidades e as distintas manifestações da desigualdade na vida de indivíduos e grupos discriminados.

Uma outra diferenciação verificada, diz respeito à compreensão das ações afirmativas como medidas institucionais, tomadas pelo Estado, envolvendo decisões governamentais e atos legislativos. Esta concepção repete-se em Pacheco (2009), Marion (2012), Martins (2014), Lopes (2014) e Dutra (2018), além de permear outras elaborações analisadas. O entendimento das ações afirmativas e das cotas raciais como conquista da luta negra (BUDIÑO, 2019)

e expressão de diferentes contextos e disputas sociais com protagonismo da população negra (DUTRA, 2018 e SANTOS, 2018) é verificado e fortalecido, sobretudo no conjunto de estudos mais recentes. Considerar a criação de ações afirmativas e a adoção de políticas de cotas como inerente a atos institucionais e oficiais, reduz ou invisibiliza o protagonismo da luta social de negras e negros ao longo da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo investigou quais as interferências e influências do processo de implantação da política de cotas nas concepções e abordagens na definição de recortes temáticos e nas escolhas teóricas e metodológicas das pesquisas acadêmicas produzidas na UFSM, entre 2009 e 2021, abordando a temática das ações afirmativas e das cotas raciais e reserva de vagas ao ensino superior para a população negra.

Pela perspectiva histórico-dialética percebeu-se que a experiência de adoção das políticas de cotas para ingresso na UFSM foi determinante para as produções acadêmicas selecionadas como objeto deste estudo. A história concreta envolvendo diversos fluxos e contextos de luta social, determina uma série de condições que influenciaram desde a escolha das cotas raciais como objeto de pesquisa, mas também o recorte e abordagem de cada pesquisa, os sujeitos que pesquisam, as opções teórico-metodológicas adotadas por estes sujeitos e as vozes e discursos que expressam diversas concepções de mundo e de vida através (ou a partir) das pesquisas que realizam na sua trajetória acadêmica.

As produções acadêmicas que formam o *corpus* desta análise, realizaram-se ao passo em que ocorriam disputas e debates pela adoção das ações afirmativas e das cotas ou contra elas. As categorias identificadas nos trabalhos, as clivagens, agrupamentos e diferenciações entre as pesquisas, permitiram identificar algumas tendências e, perceber diferenças entre referenciais e abordagens utilizadas ao

longo do período. Tomados como retratos parciais e datados da implementação das ações afirmativas e da política de cotas na UFSM, reverberam e expressam o movimento analítico e conceitual de cada trabalho, condicionados ao momento concreto da aplicação das ações afirmativas, alterando as concepções e enfoques das pesquisas inclusive quanto à centralidade dos estudantes negros na condição de sujeitos históricos no processo em curso e não apenas “alvos” ou “beneficiários” de ações e decisões institucionais.

Por fim, notou-se a mobilização de diferentes autores e teorias que informam o debate sobre as desigualdades raciais, no entanto, nota-se a ausência de uma teoria da desigualdade racial que contemple, aberta e intencionalmente, o racismo no bojo da totalidade de opressões e assimetrias que configuram as relações sociais desiguais no âmbito do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

BRAH, A. Diferença, Diversidade, Diferenciação. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 28 jan. 2022.

BUDIÑO, N. Z. **Ações afirmativas para a educação profissional e tecnológica: negros e negras no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria**. Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

CODATO, A. Lendo Marx à luz de Marx. In: CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. **Marxismo como ciência social**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

CONTI, T. **Recepção e acolhimento de estudantes beneficiários do programa de ações afirmativas (inclusão social e racial) na Universidade Federal de Santa Maria-RS**. Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

DUARTE, F. R. **Direitos Humanos e ações afirmativas: o (des)velar dos caminhos para a igualdade no ensino superior.** Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

DUTRA, M. R. P. **Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho.** Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

ESPÍNDOLA, E. M. **Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

FERREIRA, L. S. Discursos em análise na pesquisa em educação: concepções e materialidades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. 1-18, 2020.

FERREIRA, L. S. et al. Grupos de interlocução como técnica de produção e sistematização na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 191-209, jan./abr. 2014.

FERREIRA, L. S.; BRAIDO, L. da S.; TONI, D. L. P. de. Pedagogia nas Produções Acadêmicas da Pós-Graduação em Educação no RS: Análise dos Movimentos de Sentidos. **Revista Cocar**, Belém – Pará, edição especial, n. 8, p. 146-164, jan/abr. 2020.

FRIEDRICH, R. **Intercultura, Formação de Professores e cotas nas universidades brasileiras: Uma realidade efetiva ou formal.** Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

FRIEDRICH, R. **Uma proposta de diálogo intercultural na formação de professores para alunos cotistas.** Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

GATTI, B. A. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **RBPAE**, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas.

GOULART, S. F. **Os processos formativos de estudantes cotistas autodeclarados pretos e pardos e os contextos emergentes na UFSM.** Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

LOPES, T. R. **Ações Afirmativas:** a igualdade e o acesso pleno à Educação Superior dos grupos sociais historicamente excluídos. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

MARION, S. **Políticas Públicas de Ações Afirmativas na UFSM.** Trabalho Final (Especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso:** o princípio da pesquisa. 5. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

MARX, K. **Cadernos de Paris:** Manuscritos econômicos filosóficos. Trad.: José Paulo Netto e Marcia Antônia Pacheco. 1. ed. São Paulo: Expresso Popular, 2015.

MELO, A. L. A.; SILVA, W. S. Desigualdades sociais e raciais: a saída pela educação. In: MELO, Ana Lúcia Aguiar; MOURA FILHO, José Luiz de (Orgs). **10 Anos de Ações Afirmativas na UFSM:** relatos de experiência. Santa Maria, RS: Ed. UFSM: Pró-Reitoria de Extensão, 2021.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.** Trad.: Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2009.

MORAES, M. C. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 14, núm. 1, 2001, pp. 7-25.

PACHECO, C. R. C. **Programa de ações afirmativas na UFSM:** o ensino superior público sob o olhar de seus gestores. Trabalho Final (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

PEREIRA, M. V. A escrita acadêmica: do excessivo ao razoável. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, p. 213-244, jan./mar., 2013.

RIBEIRO, J. S. da P. **Formação do povo brasileiro e suas consequências no Âmbito antropológico.** Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/revista/revista14/pdf/artigos/01.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SANTOS, D. da S. Silva. **Negro (auto) biográfico; Cotas, Real Imaginário Simbólico: Cotas na UFSM.** Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2013.



10.48209/978-65-89949-77-3

CAPÍTULO 3

UNIVERSIDADE BRASILEIRA E CULTURA AFRO: UMA REALIDADE A SER SUPERADA

Bárbara Paiva

RESUMO: Inicialmente, é preciso dizer que a cultura brasileira apresenta-se com uma formação multicultural (ou seja: que inclui várias culturas). Sob esse aspecto, é possível inferir que as políticas até então existentes eram universalistas, de caráter liberal, com a ideia de direitos iguais para todos. Com o advento da Carta Constitucional Brasileira de 1988, veio o reconhecimento pelo Governo – o Estado Brasileiro assumiu e passou a instituir uma política multiculturalista, sendo tal instrumento denominado política de ações afirmativas, política de cotas, ou ainda, política da diferença. Essa atitude teve a intenção de atenuar os conflitos e problemas que envolvem essa temática e que estão ganhando destaque na sociedade. Destarte, grupos então considerados como excluídos, passaram a ter maior visibilidade. Nesse sentido, várias foram as mudanças sentidas nas instituições de ensino superior brasileiras que passaram a implementar uma política destinada ao público afrodescendente. Para a construção deste estudo, foi feita uma pesquisa documental (tendo-se analisado documentos disponíveis em sites e em repartições públicas e privadas – bibliotecas e universidades privadas e federais), além da necessária Pesquisa Bibliográfica, que em conformidade com Robledo Lima Gil (2008, p. 6), é aquela “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Palavras Chave: Universidade Brasileira. Cultura Afrodescendente. Pesquisa Documental. Pesquisa Bibliográfica.

ABSTRACT: Initially, it must be said that Brazilian culture presents itself with a multicultural formation (that is, it includes several cultures). From this point of view, it is possible to infer that the policies that existed until then were universalist, of a liberal character, with the idea of equal rights for all. With the advent of the Brazilian Constitutional Charter of 1988, recognition by the Government came - the Brazilian State assumed and started to institute a multiculturalist policy, being such instrument called affirmative action policy, quota policy, or even, the policy of difference. This attitude was intended to mitigate the conflicts and problems that involve this theme and that are gaining prominence in society. Thus, groups that were then considered to be excluded now have greater visibility. There were several changes felt in Brazilian higher education institutions, which began to implement a policy aimed at the Afro-descendant public. For the construction of this study, a documental research was carried out (having analyzed documents available on websites and in public and private offices - private and federal libraries and universities), in addition to the necessary Bibliographic Research, which in accordance with Robledo Lima Gil (2008) , p. 6), is that “developed based on material already prepared, consisting mainly of books and scientific articles”.

Key Words: Brazilian University. Afro-descendant culture. Documentary Research. Bibliographic research.

INTRODUÇÃO

Falar sobre a inserção da comunidade afrodescendente na seara acadêmica é algo desafiador. Chegar até aqui implicou o rompimento de barreiras, preconceitos, discriminações e tantos outros empenhos e esforços. Assim, nos últimos anos, a sociedade brasileira vem passando por transformações, que pedem e/ou propõem a intervenção do Direito, sobretudo, dos Direitos Humanos, visando tutelar essas situações e propor a implementação de políticas destinadas às populações menos favorecidas, revertendo esse panorama, que, infelizmente, é vivenciado por tantas pessoas.

Dessa forma, para libertar os sujeitos (cidadãos), a educação e o ensino devem propor debates sobre relações étnico-raciais, especificamente sobre identidades negras - no presente caso – com vistas à conscientização e problematização de questões raciais e de desigualdade social. Somente assim, as populações vulneráveis estarão livres de opressões culturais e simbólicas e os jovens e demais atores sociais, enfim, poderão atuar como agentes transformadores da sociedade, visando à conquista da paz e da justiça sociais, bem como, buscando tornar efetiva em suas vidas a Dignidade da Pessoa Humana, esse atributo que de tão importante foi elevado à condição de fundamento da República Federativa do Brasil, estando tipificado na Constituição Federal Brasileira, em seu Art. 1º, inciso III.

No Brasil, os negros representam uma parcela de 54% da população. É importante destacar que esse público ainda sofre com o fenômeno da exclusão social, fato que deve ser analisado sob a ótica do passado: a escravatura, período que durou por longos anos no Brasil, influenciou nossa sociedade, sendo que nós ainda sentimos e vivemos resquícios desse acontecimento.

Saliente-se que, na América Latina, o Brasil foi o último país a abolir essa prática. Nos tempos da escravidão, a violência com relação aos negros foi naturalizada: acreditava-se que na superioridade da raça branca. Assim, os esca-

vizados foram trazidos do Continente Africano para o Brasil em embarcações precárias e, quando aqui chegaram, foram submetidos a trabalhos forçados e a muitos maus tratos.

Oficialmente, a abolição dos escravos só foi assinada no Brasil em 13 de maio de 1888, ato que foi formalizado (assinado) pela regente princesa Isabel. Note-se que tal conquista somente foi viabilizada depois de muita luta social, da qual fizeram parte vários setores da sociedade, a exemplo do Parlamento e do Movimento Abolicionista Brasileiro.

Além dos atores já mencionados, foram protagonistas dessa conquista alguns dos intelectuais negros que vivenciaram cada momento dessa fase da nossa história, sendo relevante pontuar que várias reivindicações foram feitas pelos negros, que tiveram seus propósitos negados, em grande parte, pelos membros da monarquia, aos quais praticamente se atribui o mérito dessa conquista, mas, é sabido que os citados membros, em verdade, tentaram desacelerar o processo de libertação, pois que tal não lhes convinha.

Restam-nos, pois, alguns questionamentos: nossa sociedade carrega as marcas da escravidão e permite que elas sejam convertidas em atitudes que, ainda hoje, no século XXI, refletem atos discriminatórios, eivados de racismo e, por isso mesmo, atentatórios à Dignidade da Pessoa Humana, sobretudo quando se observa esse assunto sob o enfoque dos bancos universitários? Por que nossas universidades ainda contam com um reduzido número de alunos negros quando esse é comparado ao número de alunos brancos? Essas e outras dúvidas pairam nas melhores discussões que afloram em nossa sociedade.

REVISÃO DE LITERATURA

Pretende-se aqui mostrar a atual roupagem da comunidade afrodescendente na seara acadêmica e sua realidade no Brasil, apontando as principais causas ensejadoras do seu afastamento da universidade, mostrando de que forma a Educação contribui para modificar esta realidade e propondo ações afirma-

tivas, instrumentos garantidos aos cidadãos pela Constituição Federal de 1988, como forma de atenuar e/ou modificar essa situação, que, evidentemente, não merece prosperar.

Para tanto, foram pesquisados autores renomados, que discorrem sobre o tema. Assim, parece interessante apresentar o conceito de Educação Popular Negra, que, nos dizeres de Carlos Rodrigues Brandão apud SILVA (2020, p. 02) “consiste em uma maneira de apreender e interpretar os saberes gerados que buscam reconhecer e valorizar determinada produção sociopolítica e cultural afro diaspórica”.

Em consequência disso, as práticas sociais que vem sendo desenvolvidas ao longo da história por parte da população negra estão ganhando força e destaque enquanto objeto de análise e de estudo.

METODOLOGIA

Esse trabalho de natureza qualitativa analisou artigos, dissertações e livros publicados, além de documentos e dados oficiais obtidos a partir de pesquisas em sites renomados acerca da presença da Cultura Afro nas universidades. Visitas a bibliotecas também foram de grande valia.

DESENVOLVIMENTO

Tratando-se desse assunto, é preciso falar acerca do termo multiculturalismo, universalmente conhecido, que pode ser compreendido de várias maneiras. Por exemplo, sob o enfoque liberal, o termo é empregado no sentido da homogeneização das culturas, na qual há atribuição de direitos iguais para todos, e, dessa forma, não se leva em consideração a existência de diferenças (que são evidentes em tantas sociedades). Nesse sentido, é necessário observar que pessoas de diferentes culturas quando vivem juntas, tendem a absorver outras culturas no decorrer de suas existências (BRAGANÇA, 2012).

Ainda segundo a mencionada autora, o multiculturalismo pode ser visto como uma tentativa de se solucionar conflitos emergidos diante das diferenças geradas a partir da convivência entre indivíduos oriundos de diversas culturas. Esse termo ainda não é uma doutrina, posto que se encontra em processo de construção.

Seguindo esse raciocínio, Tavares (2014, p. 1), observa que:

Os cenários educativos são o locus privilegiado de transmissão cultural, como patrimônio histórico da humanidade, mas são também os espaços privilegiados de afirmação das diferenças culturais e do respeito e tolerância pela diversidade. No seu uso mais comum, a noção de cultura está associada a um saber institucionalizado no Ocidente, a um repositório axiológico, estético e cognitivo que foi produzido pela humanidade e que se autodefine como universal.

E, quando se fala em cultura, encontra-se um importante dado extraído do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): nas instituições de ensino superior brasileiras apenas 12,8% dos negros, com idades entre 18 e 24 anos, neste grupo incluídos pardos e pretos, fazem parte desse panorama estudantil. Note-se que esses dados referem-se ao ano de 2015.

Diante de tudo o que se sabe, é possível inferir que esse número reflete a nossa própria história, marcada por discriminações e por segregações com relação aos negros, que carregam essas marcas em suas vidas ao longo de anos de escravidão. Tudo isso deve ser visto sob o enfoque de todo um processo histórico vivenciado em nosso país: o racismo foi (e ainda é muito forte em nossa sociedade), a tal ponto de excluir o negro dos bancos acadêmicos e de outros setores, sendo necessária a criação de uma lei - a Lei de Cotas, cujo intento foi o de inserir tais sujeitos sociais nas universidades e em outros meios sociais.

Com o advento das cotas, houve uma melhora nesse cenário, com a inserção paulatina dos negros nas universidades e em cargos públicos, o que antes era quase impossível de se visualizar.

Com vistas à alteração desse cenário é preciso investir em políticas que incentivem a permanência do jovem negro nos bancos das universidades e, mais que isso, é necessário buscar formas de se garantir a sua permanência na universidade, seja garantindo políticas públicas de qualidade, seja por meio do combate ao assédio, seja ainda, por tantas outras alternativas destinadas ao garantimento do seu êxito acadêmico.

É nesse sentido, que surge a necessidade de se instituir nos currículos brasileiros a Educação Popular Negra, que se insere em nosso meio como uma modalidade de cultura. Grande corrente doutrinária a considera como uma parte da Educação Popular, que permite o desenvolvimento de uma educação libertadora, expandindo conhecimentos, criando significados e, enfim, valorizando essa identidade, possibilitando o seu livramento das opressões sofridas ao longo dos séculos, quiçá libertando essa população das amarras culturalmente impostas ao longo dos séculos por uma tradição.

RESULTADOS

Dados do IBGE apontam que o fato de alcançar um diploma de ensino superior aumentou aproximadamente quatro vezes para esta população nas últimas décadas, o que ocorreu em razão das ações afirmativas. O Censo do Ensino Superior elaborado pelo Inep também trouxe uma progressão do número de matrículas desses estudantes nos cursos de graduação.

CONCLUSÃO

Atualmente, a comunidade afrodescendente está mais presente nas universidades. Uma pesquisa realizada pelo Censo 2010 revelou que mais da metade da população brasileira se autodeclarou parda, preta ou negra. Contudo, somente 26 em cada 100 alunos são negros. Apesar desse reduzido número, o acesso da população negra ao ensino superior aumentou 232%, de 2000 a 2010. Dados: infográfico Retrato dos Negros no Brasil feito pela Rede Angola.

Dessa forma, em um contexto como o brasileiro, marcado por políticas de reconhecimento (essas, às vezes, incipientes), vê-se claramente a necessidade de uma análise e interpretação da realidade social. É preciso, ainda, que isso seja feito sob o enfoque cultural, histórico e político, sobretudo, levando-se em consideração as lutas políticas de libertação e de emancipação popular.

Importante registrar que é por meio da efetivação dessas práticas que a população (crianças, jovens, idosos, mulheres, homens, negros ou não negros), mergulhada na necessidade de viver esse fenômeno, de sentir essas diferenças e de compreendê-las, em meio ao espaço social em que estão inseridos, cultuam e/ou produzem novas subjetividades, sendo que essas são de fundamental importância na consolidação do processo de construção de uma identidade negra positiva.

Diante disso, pode-se dizer que a utilização do conceito de Educação Popular Negra (EPN), bem como a sua adequada interpretação permitem a compreensão dos saberes de emancipação e de libertação dessa população, o que viabiliza a sua prática cotidiana, o que também permite o reconhecimento do protagonismo do sujeito político negro, seja em âmbito cultural, social, político, jurídico, ou ainda, sob o enfoque da educação popular.

Também é possível asseverar que a utilização de conceitos e práticas sociais voltadas para a cultura popular negra, conduz ao alcance das propostas de emancipação e de resgate dessa cultura, efetivando-se, assim, a promoção da justiça sociorracial.

Insta frisar, por fim, o quão necessário é o entendimento das relações e das práticas sociais marcadas por lutas emancipatórias, pois elas, acima de tudo, destinam-se ao garantimento e proteção de direitos e da dignidade dessa classe, que na imensa maioria das vezes, é discriminada e não possui o reconhecimento merecido...

REFERÊNCIAS

ALVES, Isabela. Quais as origens do racismo estrutural no Brasil? 2021. Disponível em: < https://www.politize.com.br/origens-racismo-estrutural/?https://www.politize.com.br/&gclid=EAlaIQobChMI-dD_v9Xw9QIVI4KRCh0R4QgbEAAYAAE-gl0mvD_BwE>. Acesso: 08.fev.2022.

BELCHIOR, Ernandes Barboza. Não Deixando a Cor Passar em Branco: O Processo de Implementação de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília. 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/5554>>. Acesso: 18.nov.2021.

BRAGANÇA, Maria das Graças Viana. **Uma Política de Inclusão para Afrodescendentes em uma Universidade Brasileira**. Disponível em: <<https://www.aidu-asociacion.org/wp-content/uploads/2019/12/CIDU-2012-PORTO-PORTUGAL-574.pdf>>. Acesso: 18.nov.2021.

MULTIULTURAL. In: DICIO Priberam Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/multicultural>>. Acesso: 18.nov.2021.

SILVA, Natalino Neves da. **Educação Popular Negra: Breves Notas de um Conceito**. Educação em Perspectiva / Education in Perspective DOI: 10.22294/edu-perppgeufv.v11i00.8488. Educ. Perspect. | Viçosa, MG | v. 11 | p. 1-15 | e020033 | 2020 |. Disponível em: <<file:///C:/Users/Computador/Downloads/8488-Texto%20do%20artigo-52766-1-10-20210131.pdf>>. Acesso: 19.nov.2021.

CAPÍTULO 4

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO CAMPO DA INTERSECCIONALIDADE RAÇA-GÊNERO-CLASSE

Rafael Ferraz Baptista

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas os estudos feministas têm ganhado destaque no panorama social e acadêmico. Apesar, das pesquisas que vem sendo desenvolvidas e amplamente divulgadas, o cenário de violência, machismo e misoginia continua apontando para dados alarmantes, uma vez que, apesar de não haver aumento nos números de casos de 2019 para 2020, houve tampouco uma diminuição expressiva destes, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (BRASIL, 2021).

No respectivo anuário é considerado apenas o gênero no levantamento dos dados, apresentando uma análise bastante superficial sobre a violência contra mulher no Brasil, não levando-se em consideração os outros marcadores identitários, como raça e classe social, que perpassam e se entrelaçam na vida dessas vítimas, produzindo ou não maior vulnerabilidade social.

Atrelado a isso, entendemos a escola como um espaço de socialização da cultura, na qual as repressões sociais tendem a se reproduzir, uma vez que esta instituição é parte integrante e indissociável à sociedade.

Entretanto, assim como diversos autores, (FREIRE, 1996; GADOTTI, 2003; SACRISTÁN e GÓMEZ, 2001) coadunamos com a ideia de que o papel da escola vai além da difusão do conhecimento e desta como mero espaço de socialização. É neste espaço que a formação cidadã e consciência crítica devem ser estimuladas para que determinados comportamentos tóxicos, destrutivos e segregadores sejam questionados, a fim de promover a mudança na sociedade a partir da formação das crianças e adolescentes.

Isso posto, o presente artigo teve como objetivo averiguar como a produção acadêmica tem abordado as questões da violência contra mulheres e meninas negras dentro dos espaços escolares. Pretende-se, ainda, compreender se a temática tem sido trabalhada de forma isolada ou se há um viés interseccional na produção dos trabalhos acadêmicos.

GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE

Inicialmente, conceituamos o entendimento de gênero a partir dos estudos de Saffioti (1993), a qual cita múltiplas referências para explicar sua concepção.

Dentre elas, enfatiza a necessidade de compreendermos o conceito a partir de uma visão histórica, cultural, política e social, retomando o patriarcado e o capitalismo como principais propulsores das desigualdades.

Assim, para compreender a concepção de Heleieth Saffioti sobre as relações de gênero é necessário elucidar que a sociedade é regida por relações de poder que hierarquizam os indivíduos a partir de seus marcadores identitários, incluindo: raça, gênero, classe social, sexualidade, geração, dentre outros.

Dessa forma, também é preciso compreender e reconhecer a diversidade existente dentro de nossa sociedade e as implicações quando estas se convertem em desigualdades, demandando uma compreensão mais aprofundada sobre o modo como estes processos ocorrem no meio social e, neste trabalho em especial, nos espaços escolares.

De acordo com Saffioti (1993), o conceito de gênero, por si só, não define uma desigualdade entre homens e mulheres, mas sim a interligação que se faz com o Patriarcado, enquanto categoria de análise. A dimensão econômica do patriarcado não delimita apenas as diferenças salariais e ocupacionais, pois sua interligação com as noções de gênero também se incumbe de reproduzir uma relação de exploração-dominação que engloba o papel social atribuído à mulher, incluindo o controle de sua sexualidade e até mesmo de sua capacidade de reprodução.

Segundo a autora, historicamente, o patriarcado sempre esteve na construção política, social e econômica do país, uma vez que o papel social do pai de família sempre esteve evidente como uma ferramenta de manutenção do poder

nas organizações familiares e, conseqüentemente, na definição dos papéis atribuídos às mulheres na sociedade, incluindo a posição que mulheres brancas e negras ocupavam e ainda ocupam.

Desta forma, é importante ressaltarmos que o desenvolvimento do capitalismo, paralelo à permanência e reprodução dos padrões do patriarcado, sempre esteve marcado pelas desigualdades de gênero e raça. Assim, as desigualdades oriundas do “nó” raça-gênero-classe, conforme nomeia a autora, devem ser analisadas conjuntamente, uma vez que a influência do patriarcado consolidou essas três categorias como formas de exclusão-dominância daqueles que diferem dos padrões da sociedade patriarcal.

Saffioti (1993), ressalta, ainda, que a posição das mulheres era definida pelos homens brancos, pertencentes ao patriarcado. Assim, essa relação de dominação determinava que as mulheres brancas estavam destinadas ao casamento, ao cuidado da família, de modo que sua dominação saía do poder do pai para o poder do marido. Outra opção era a inserção dessas mulheres ao convento, muito mais pela decisão dos homens do que delas próprias.

Em contrapartida, os destinos das mulheres negras, definidos pela família patriarcal, teve outro caráter. Às mulheres escravizadas destinavam-se os trabalhos produtivos ou os serviços sexuais, as quais eram obrigadas a satisfazer o prazer sexual de seus senhores.

Como é possível observar, a sociedade patriarcal advém de épocas anteriores ao surgimento do capitalismo e, ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade, ela foi se adaptando para atender às demandas do capital, mas mantendo seus padrões e valores. Desta forma, há uma interligação entre os termos patriarcado-capitalismo-racismo como estruturas de dominação e exploração.

Nesse mesmo caminho Collins e Bilge (2021) argumentam a favor de um modelo de análise das diferenças, que se convertem em desigualdades sociais,

com um viés interseccional, relacionando o modo como essas diferenças interferem, do ponto de vista social, nas experiências pessoais dos indivíduos, perpassando por aspectos culturais, políticos, sociais, dentre outros.

Assim, consideramos de extrema importância relacionar o conceito do “nó”, de Heleieth Saffioti, já explicitado anteriormente, com os postulados de Collins e Bilge (2021) acerca da interseccionalidade, a qual vai além dos aspectos organizacionais para análise das diferenças, se configurando como um instrumento significativo e descritivo para compreensão das múltiplas opressões e as formas como elas são vivenciadas por cada singularidade.

Portanto, a interseccionalidade serve como ferramenta de observação da complexidade do mundo e a influência desta nas experiências humanas. Dessa forma, as singularidades e os marcadores identitários de cada indivíduo se manifestam na vida social, política, cultural, dentre outras, de forma interligada, de modo que essas diferenças se relacionam e influenciam a produção das desigualdades.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa-etária – entre outras- são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS e BILGE, 2021, p.12)

Karla Akotirene (2019), feminista negra, também produz trabalhos a partir da perspectiva da interseccionalidade, cuja premissa é a instrumentalização teórico-metodológica de análise das desigualdades sociais e a forma como as diferenças sociais, em especial de classe, gênero e raça, se influenciam na conversão destas em marcadores de exclusão que atuam de forma mútua e interligada.

Seus aportes teóricos convergem com os postulados de Collins e Bilge (2021), tecendo uma crítica à apropriação que instituições e movimentos sociais

fizeram da temática, trazendo invisibilidade às feministas negras, pioneiras na produção do conceito, e o utilizando como ferramenta de criminalização de corpos negros, denominado pela autora como racismo epistêmico.

Portanto, Akotirene (2019) chama à atenção para as formas como a noção de interseccionalidade vem sendo utilizada nos meios acadêmicos e nos meios sociais, evidenciando o caráter indissociável entre racismo-capitalismo-cisheteropatriarcado, pontuando que essas diferenças não devem ser hierarquizadas, pormenorizando uma diferença em detrimento da outra, uma vez que as ações de opressão ocorrem por meio da ação mútua do conjunto dessas estruturas.

Considerando os apontamentos levantados pelas autoras apresentadas, postulamos que a marginalização do povo negro ainda é um fenômeno frequente em nossa sociedade, haja vista a inviabilização das produções intelectuais das feministas negras, como pontuado por Akotirene (2019).

Nesse sentido, coadunamos com os postulados de Moura (2021), acerca da falácia da democracia racial, cuja perversidade encontra-se nas ações que buscam normalizar o “fracasso” das pessoas negras, enfatizando que estes são os próprios culpados por não terem condições de alcançar os estratos superiores da sociedade.

De acordo com o autor, o mito da democracia racial tem origem histórica na sociedade brasileira, partindo do processo de abolição em 1888 e do desenvolvimento da civilização a partir de um viés capitalista e patrimonialista, o qual acarretou a submissão de certas classes sociais à elite branca. Entretanto, as relações servis, do povo negro e dos índios, por exemplo, foram mascaradas em uma falsa sociedade “livre”. Assim, segundo o autor, a democracia racial tem como foco:

manter a sujeição de classes, segmentos e grupos dominados e discriminados. Na sociedade de capitalismo dependente que se estabeleceu no Brasil, após a abolição, necessitou-se de uma filosofia que desse uma

cobertura ideológica a uma situação de antagonismo permanente, mascarando-a. Com isto, o aparelho de dominação procuraria manter os estratos e classes oprimidas no seu devido espaço social e para isto, havia necessidade de se neutralizar todos os grupos de resistência – sociológicos, culturais, políticos e religiosos – dos dominados (MOURA, 1983, p.55)

Tal premissa define, sobretudo, o lugar do negro na sociedade, como indivíduos marginalizados, incapacitados, utilizando-se da ideologia da escravidão para justificar, de forma arbitrária, a posição do negro, caracterizando-o como mau cidadão, por meio de um processo de escamoteação.

Por fim, ressaltamos a interligação entre as temáticas abordadas aqui e a importância do entrecruzamento entre elas para a compreensão e análise das coerções e opressões sofridas pelas classes sociais subjugadas, a partir das intersecções que se fazem entre o capitalismo-racismo-patriarcado e a forma como esse fenômeno adentra ao espaço escolar.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Os textos utilizados como base teórica da discussão foram parte da pesquisa bibliográfica, de modo que nos permitiu gerar conhecimentos que visassem melhorar a compreensão da realidade com base nos objetivos proposto neste artigo, possibilitando a obtenção de subsídios necessários para fundamentar nossas indagações.

De acordo com Thiollent (2011), a principal função da pesquisa bibliográfica é a de colocar o pesquisador em contato direto com os diversos documentos científicos que já foram produzidos sobre determinado assunto.

A realização da coleta dos dados teve como premissa básica o estudo bibliométrico. A bibliometria, de acordo com Castro (2006), é um método, ainda que qualitativo, que ajuda a mensurar a contribuição do conhecimento científico a partir da observação dos trabalhos publicados em determinadas bases de dados.

A seleção dos trabalhos depende das intenções da pesquisa, podendo ser utilizados como sistema de busca o nome de autores, a área do conhecimento, as palavras-chaves, dentre outros instrumentos.

A bibliometria pode auxiliar na identificação de tendências de crescimento do conhecimento em determinada disciplina, dispersão e obsolescências de campos científicos, autores e instituições mais produtivos, e periódicos mais utilizados na divulgação de pesquisas em determinada área do conhecimento (CASTRO, 2006, p.38)

Para a presente pesquisa, utilizou-se a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, optando-se pela busca a partir de um determinado conjunto de palavras-chaves: violência; mulheres negras; educação.

Por se tratar de um texto em forma de artigo, e a limitação em relação à extensão do estudo e da escrita, optamos pela leitura do título e do resumo, evidenciando que tal procedimento pode trazer algumas limitações para a pesquisa. Entretanto, acreditamos que seja suficiente para traçar um breve panorama sobre as questões da interseccionalidade na Educação.

O PANORAMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE INTERSECCIONALIDADE

A partir da busca mencionada, foram encontradas trinta e duas pesquisas, entre teses e dissertações, envolvendo as palavras-chaves selecionadas.

Dentre as trinta e duas, com base na leitura dos títulos e dos resumos, foram retiradas quatorze pesquisas, uma vez que não havia a interligação entre os termos, abordando isoladamente, ou seja, apenas uma temática tratada na pesquisa elaborada.

Entendemos que a busca avançada por meio de palavras-chaves pode não trazer a totalidade das produções acadêmicas, uma vez que os termos podem ser utilizados de forma bem variada. Entretanto, consideramos que as pesquisas

em torno das temáticas que envolvem a interseccionalidade nos parecem estar bastante limitadas, sendo um campo ainda a ser explorado, principalmente em relação à educação escolar e as formas como os fenômenos adentram aos espaços escolares.

Isso posto, evidenciamos que dentre as pesquisas selecionadas, dezoito no total, há uma certa diversidade sobre as abordagens adotadas para análise das temáticas, cujos temas e quantidades de trabalhos podem ser verificados na tabela abaixo:

Tabela 1 - Distribuição das pesquisas acadêmicas por temática

Políticas Públicas e Educação	Analfabetismo da mulher negra	Marcadores Identitários De alunos	Violência	Marcadores identitários professores	Práticas Pedagógicas e Livro Didático
1	2	5	2	4	4

Fonte: autor

Na categoria “Políticas Públicas e Educação”, a pesquisa trata especificamente da escola como um espaço de hierarquização do poder e reprodução e manutenção do status, garantindo a permanência da elite branca no topo dessa hierarquia. Discute sobre a necessidade de implementação de políticas públicas educacionais que viabilizem a desconstrução desse processo de exclusão e marginalização. Apresenta um viés interseccional, pois se ampara nas estruturas e interligações entre raça-gênero-classe, com especial atenção às coerções exercidas sobre as meninas negras.

As duas pesquisas que se encaixam na categoria “Analfabetismo da mulher negra” trazem um viés econômico/social sobre a posição destas na sociedade. Enfatizam-se as ações do capitalismo, retomando as opressões e coerções que

ocorreram ao longo da vida das entrevistadas, culminando na discussão sobre como os problemas que a intersecção entre as estruturas raça-gênero-classe definiram e continuam a definir a posição destas mulheres na sociedade.

Na categoria “Marcadores Identitários de alunos” encontrou-se 5 trabalhos que analisam as formas como as diferenças de raça, gênero e classe social interferem nas experiências escolares. Apenas um trabalho menciona a urgência em compreender a opressão a partir da interseccionalidade entre essas diferenças. Os demais abordam as temáticas de forma separatista, analisando de forma individual cada uma das estruturas de desigualdade.

Os trabalhos inseridos no grupo “Violência” trazem pesquisas que relatam e discutem os sofrimentos de meninas negras no ambiente escolar. Um dos trabalhos traz a discussão a partir da perspectiva das próprias alunas, estudantes do Ensino Médio, buscando uma análise sobre a percepção destas acerca da coerção e opressão que sofrem. Já o outro trata da perspectiva de docentes e funcionários da escola, analisando as práticas que ocorrem em seu interior e as percepções destes acerca do racismo estrutural. Nenhum deles aborda a pesquisa pelo viés da interseccionalidade, ambos abordam as estruturas de desigualdades de forma separatista.

Na categoria “Marcadores Identitários de Professores” os trabalhos, de modo geral, buscam compreender como as opressões e coerções são percebidas pelas perspectivas de professoras negras. Há relatos de situações de racismo e machismo, que ocorrem tanto por parte de determinados alunos, como por parte dos demais colegas de profissão. Os dois trabalhos adotam a perspectiva da interseccionalidade para entender as múltiplas opressões que essas professoras foram submetidas ao longo de suas vidas pessoais e profissionais.

Em “Práticas Pedagógicas e Livro Didático” concentram-se pesquisas que se preocuparam em analisar a posição da população negra dentro dessas cate-

gorias. Portanto, reflete-se como o negro tem sido representado no livro didático e em aulas com temáticas voltadas às africanidades. Não há nenhuma menção à interseccionalidade, todos os trabalhos centram-se na questão puramente racial, alguns com breves citações às questões de gênero e classe social, de forma dissociável.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Com base nessas análises é possível verificar que as opressões oriundas da interligação entre gênero-raça-classe, conforme exposto por Saffioti (2015) e Collins e Bilge (2021), está fortemente presente nos ambientes escolares.

Essas opressões não são demarcadas apenas pelos comportamentos diários dos alunos, professores ou outros agentes, mas também estão imbricadas nos materiais didáticos.

Dessa forma, consideramos a premência de reconhecer a escola como um espaço reprodutor dos padrões de uma sociedade patriarcal, carregada de machismos e racismos, que permanecem em vigor em nossa sociedade através do mito da democracia racial. De acordo com Clóvis Moura (2021), essa prática não apenas define a posição do negro em nossa sociedade, como também o culpabiliza pelo fracasso ao não atingir os estratos mais altos.

Apesar das críticas e reflexões propostas nas pesquisas, brevemente analisadas, consideramos que ainda há uma carência muito grande na adoção do viés interseccional nas análises de resultados.

Portanto, pressupomos a importância dos trabalhos de Collins e Bilge (2021) nesses processos, buscando uma compreensão mais global sobre as múltiplas formas de desigualdades e as suas relações.

Salientamos também, coadunando com Akotirene (2019), a urgência de inserir os trabalhos e pesquisas de feministas negras no campo acadêmico e no

âmbito escolar, buscando a valorização do trabalho dessas mulheres e trazendo representação aos bancos escolares.

Além disso, entendemos que as próprias políticas públicas atuam de forma separatista, necessitando de reformulações que considerem esse nó como principal fonte de desigualdades.

Por fim, ressaltamos, novamente, a brevidade do presente estudo, reconhecendo a urgência de estudos mais aprofundados que revelem o panorama educacional a partir desse viés interseccional, repensando a escola e promovendo debates que levem à reconstrução desse espaço para um lugar de representação, fala e formação cidadã de todos os agentes do processo educacional de forma mais igualitária.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

CASTRO, Claudio de Moura. (2006). **A Prática da Pesquisa** (2º ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã: Questões da nossa época**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 78 p.

MOURA, Clovis. **Lugar de negro**, São Paulo: Dandara, 2021

MOURA, Clovis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. 1983, Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824/13425>

SACRISTÁN, Gimeno José; GÓMEZ, Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. São Paulo: Artmed, 2001. p. 271-293.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: ADORNO, Sergio. **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre/RS: Editora UFRGS, 1993. Capítulo 4.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa - ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

RAÍSSA SCHADECK



Mestre em Direito e Multiculturalismo pela Universidade Regional do Alto Uruguai e Missões (URI).

GABRIELLA ELDERETI MACHADO



É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Discente do Programa de Pós - Graduação em Educação - Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Adeilsa Alexandre Ferreira

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO). Membro do grupo de pesquisa Infância, Adolescência e Políticas Públicas (PUC-GO). E-mail: adeilsa.ferreira@hotmail.com

Alessandra Teixeira da Cunha Silva

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO). Pesquisadora do grupo de pesquisa Ontologia Marxiana, Trabalho, Educação, Estado e Luta de Classes (PUC-GO). E-mail: ateixeiracunha@gmail.com

Alcir Martins

Licenciado em História (PUC-RS), mestre em Ciências Sociais pelo PPGC Sociais-UFSM. E-mail: alcir.martins@ufsm.br

Bárbara Paiva

Lara Iara Gomes Borges

Assistente Social. Especialista em Ensino Interdisciplinar sobre Infância e Direitos Humanos (UFG). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Membro do grupo de pesquisa Ontologia Marxiana, Trabalho, Educação, Estado e Luta de Classes e do Grupo de Pesquisa Infância, Adolescência e Políticas Públicas (PUC-GO). E-mail: laraasborges@hotmail.com

Marciene da Silva Vieira

Licenciada em História (UNIVAS - MG), especialista em História, Educação e Sociedade (UNIVAS - MG), mestranda do PPGE - UFSM. E-mail: marcienesvieira@gmail.com

Rafael Ferraz Baptista

Doutorando pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas; Possui mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: ferrazrafae@gmail.com



www.arcoeditores.com



contato@arcoeditores.com



[@arcoeditores](https://www.facebook.com/arcoeditores)



[/arcoeditores](https://www.instagram.com/arcoeditores)



[\(55\)99723-4952](https://wa.me/55997234952)



ARCO
EDITORES ● ● ●